

IAOD do Deputado Lei Leong Wong em 04.11.2025

Implementação precisa da política de saída de trabalhadores não residentes e garantia da prioridade do acesso ao emprego dos residentes

Segundo os dados da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, a taxa de desemprego dos residentes situou-se em 2,5 por cento no segundo trimestre de 2025, com aproximadamente 7300 indivíduos desempregados. A maioria da população desempregada, representando 68 por cento do total, concentra-se na faixa etária dos 16 a 44 anos, uma situação que requer atenção urgente.

É de referir que os dados dos inquéritos ao emprego constituem uma base fundamental para o Governo na formulação das políticas de emprego. As autoridades divulgam, regularmente, os dados sobre a situação do emprego em Macau, mas há quem entenda que os dados relativos ao desemprego não reflectem eficazmente a realidade. Assim, o Governo deve avaliar e melhorar, quanto antes, a precisão dos dados estatísticos, para garantir que estes cumprem o seu papel de base para a formulação de políticas.

Na realidade, perante a contínua situação de desemprego dos locais, o número de trabalhadores não residentes mantém-se elevado. Segundo os dados da DSAL, até finais de Setembro de 2025, existiam em Macau 183.481 TNR, excluindo os especializados e domésticos, 149.356 eram não especializados, ou seja, mais de 80 por cento do total. O Governo da RAEM tem de avaliar, quanto antes, o número de TNR contratados pelas seis empresas de turismo e lazer ou grandes empresas que estão a ocupar os postos de trabalho que os locais têm vontade e capacidade para desempenhar e quais são esses postos de trabalho, tomar medidas eficazes para colmatar o desemprego local, concretizando assim a intenção original da política de contratação de TNR para suprir, provisoriamente, a insuficiência de recursos humanos locais.

É de salientar que o emprego é o factor mais importante para a vida da população. Segundo o Presidente Xi Jinping, "o emprego é uma questão fundamental para a vida da população, está relacionado com os seus interesses vitais, com o desenvolvimento saudável da economia e da sociedade, e com a paz e a estabilidade duradoura do país". O Governo deve proceder, quanto antes, à avaliação a situação actual, lançando medidas eficazes e implementando, com precisão, a política de saída de trabalhadores não residentes, para concretizar o princípio legal de garantir a prioridade dos residentes locais no acesso ao emprego contínuo. [Nota 5]

Assim sendo, apresento as seguintes três opiniões e sugestões:

1. O Governo da RAEM criou, em Maio de 2025, o Grupo de Trabalho para a Coordenação da Promoção do Emprego para estudar e analisar as tendências dos recursos humanos e definir políticas e medidas destinadas à promoção do emprego dos residentes locais, bem como fiscalizar e avaliar a eficácia dos respectivos trabalhos. Sugere-se que esse grupo de trabalho elabore indicadores vinculativos, incluindo exigências aos serviços e entidades públicas a definição clara da proporção de contratação de trabalhadores residentes

em todos os projectos desenvolvidos. Estes critérios devem ser cumpridos nas obras e prestação de serviços públicos, maximizando assim o seu efeito de promoção do emprego dos residentes locais.

2. O Governo deve proceder, quanto antes, à optimização dos dados do inquérito ao emprego, nomeadamente, à recolha de dados e à conjugação dos dados interdepartamentais, divulgando ao público o andamento e os resultados dos trabalhos faseados, a fim de estender as funções dos dados do inquérito ao emprego para reflectir a realidade social e servir de fundamentos científicos para a definição da política de emprego.

3. Quanto à concretização, com precisão, da política de saída dos TNR, a sociedade espera que o Governo divulgue, quanto antes, medidas concretas, e as implemente, nomeadamente, entre as seis grandes empresas de lazer e as instituições financeiras, apurando quantos residentes estão dispostos a aceitar e quantos são capazes de ocupar os postos dos TNR. No entanto, como os postos de trabalho estão a ser ocupados por TNR, solicita-se ao Governo que defina, quanto antes, um mecanismo de saída dos trabalhadores não residentes, tendo em conta os dados obtidos, e que concretize as exigências sociais de devolver os postos de trabalho aos residentes.